

Depoimento na gaveta por 4 anos

Declarações de Aníbal Person ao Ministério Público, prestadas em 1998, não estavam no processo

JAIRO VIANA

Revelação do ex-comandante da Polícia Militar, coronel Aníbal Person Neto, à juíza Sandra de Santis, do Tribunal do Júri, deixou atônitas, nesta quarta-feira, defesa e acusação dos envolvidos no Massacre da Estrutural. O depoimento que ele prestou em 10 de dezembro de 1998, ao promotor Nísio Tostes, no Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público, não foi anexado a qualquer processo.

Nem ao Inquérito Policial Militar (IPM), aberto pela Polícia Militar, nem ao inquérito instaurado pela Polícia Civil, ou ao processo em andamento na Vara do Júri de Brasília. Os inquéritos foram abertos para investigar a morte de Milton de Sá, Luciano Pires Aquino, tentativa de homicídio contra Roberto José dos Reis Filho, o Azul, e lesões causadas em dezenas de pessoas residentes na vila, durante a Operação Tornado, realizada dia 8 de agosto de 1998 na invasão da Estrutural.

No depoimento prestado à juíza, Person confirmou os termos das declarações anteriores e entregou uma cópia a Sandra de Santis. Ele garantiu que outros militares foram ouvidos pelo promotor. Nenhum dos depoimentos, entretanto, foi anexado aos autos.

Segundo o coronel, a realização da Operação Tornado na Estrutural foi autorizada pelo então secretário de Segurança Pública, Roberto

"Fiquei surpreso ao saber, ontem (quarta-feira), que os depoimentos não estavam no processo"

Nísio Tostes,
procurador que tomou o depoimento do coronel Aníbal Person, ex-comandante da PM

Logo em seguida, ele saiu de férias e quando voltou ao trabalho, foi transferido para a Auditoria Militar e não sabe da tramitação do inquérito. "Fiquei surpreso ao saber, ontem (anteontem), que os depoimentos não estavam no processo", disse.

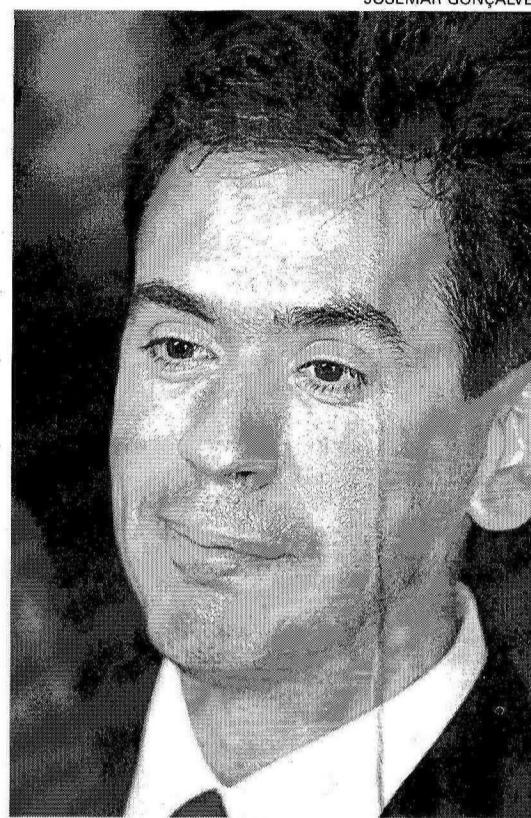
Tostes contou que quem o substituiu no Núcleo de Controle Externo do MP, foi a promotora Maria Olímpia Ribeiro Pacheco. Ela confirmou. Segundo Maria Olímpia, foi constatado que havia outro procedimento investigatório para apurar os mesmos fatos.

Por isso, os depoimentos prestados pelos militares foram encaminhados à Câmara do Ministério Público. "E, possivelmente, o inquérito foi arquivado, para evitar duplicata", disse Olímpia.

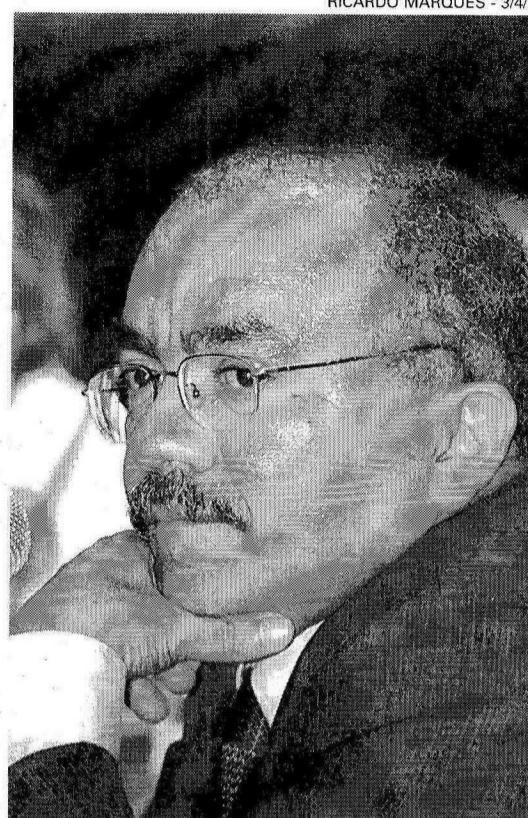
Aguiar, e pelo ex-governador Cristovam Buarque, atual ministro da Educação.

Para o advogado de defesa do então comandante de Policiamento, Daniel de Souza Pinto, Lauro De Nadai, o desaparecimento dos depoimentos constitui sonegação de provas. A juíza requisitou que todos os depoimentos e provas sejam apresentados ao Tribunal do Júri.

O promotor de Justiça Nísio Tostes alegou que depôs como testemunha no processo e por isso, não poderia tecer comentários sobre as declarações do coronel Person, pois está juridicamente impedido. No entanto, confirmou que tomou o depoimento do coronel e de outros militares, envolvidos na Operação Tornado.



Leonardo Prudente: ex-governador Cristovam deve uma resposta à Justiça e à sociedade



Vigilante: "Ele não mandou matar. Quem disser o contrário vai responder na Justiça"



Odilon Aires defende demissão de Cristovam: "Não combina com o papel de um educador"



Izalci Lucas reagiu com cautela, mas disse que qualquer denúncia tem de ser apurada

DENUNCIADOS

Daniel de Souza Pinto Júnior - coronel PM, comandante de Policiamento na época da Operação Tornado

Luiz Henrique Fonseca Teixeira - major PM, comandante da 12ª CPMind (Núcleo Bandeirante). Comandou a operação na Estrutural

Alexandre Nogueira Martins - Tenente PM, chefiou o comando de radiopatrulha durante a operação

Carlos Chagas de Alencar - Tenente PM, comandou o efetivo da 13ª CPMind, com 50 militares

Rodrigo Moreira de Souza - Tenente PM da 13ª CPMind

Wolney Rodrigues da Silva - Major PM, administrador militar da Estrutural, reconhecido por testemunhas

Antônio da Costa Veloso - Cabo PM da 12ª CPMind,

reconheceu-se na fita da *Globo* como um dos homens que prendeu Azul

Francisco Alves de Lima - Soldado PM da 12ª CPMind, aparece na fita da *Globo* mandando desligar a luz

Vangelista Pereira de Souza - Soldado PM da 12ª CPMind, aparece na fita da *Globo* dando cobertura aos policiais à paisana

Cássio Marinho - Soldado da 12ª CPMind, reconhecido por diversas testemunhas, inclusive Roberto dos Reis, o Azul

Márcio Serra Freixo - Cabo PM da 12ª CPMind, reconhecido por Roberto e a viúva de Luciano, Cássia Fernandes

Eduardo Araújo de Oliveira - Soldado PM da 12ª CPMind, à época. Hoje está fora da corporação. Foi reconhecido por Roberto dos Reis

Defesa dispensa Cristovam

Os advogados de defesa pediram a dispensa dos depoimentos do ex-governador Cristovam Buarque e do ex-secretário de Segurança Pública Roberto Aguiar. Já o assistente de acusação, Ennio Bastos, insiste que os dois devem ser ouvidos em juízo, "na busca da verdade real".

Por isso, ele apresentou requerimento para que os dois sejam convocados para depor. A juíza Sandra de Santis, do Tribunal do Júri, disse que vai decidir sobre os requerimentos na próxima segunda-feira. "Amanhã (hoje), encerramos a tomada de depoimento das testemunhas de defesa e, em seguida, devo analisar os pedidos dos advogados", disse.

A juíza informou que fez contato telefônico com Cris-

tovam e Aguiar, e os dois se dispuseram a depor quando ela achar conveniente. Na condição de ministro, Cristovam tem prerrogativa para marcar dia, hora e local para depor, caso seja convocado.

Para o advogado Lauro De Nadai, as provas existentes no processo são suficientes para inocentar seu cliente, o coronel Souza Pinto. "O depoimento do ex-comandante da Polícia Militar, coronel Aníbal Person, prova que o coronel Souza Pinto cumpria ordens quando realizou a Operação Tornado na Estrutural", diz.

Segundo Nadai, "Cristovam e Aguiar poderão ser intimados para prestar depoimento no plenário do Tribunal do Júri, no dia do julgamento". Por isso, ele

desistiu da audiência dos dois para não atrasar a instrução processual.

No depoimento prestado ontem, o ajudante de ordens de Roberto Aguiar, Rogério da Silva Leão, confirmou que o então secretário de Segurança Pública participou da reunião de preparação da Operação Tornado, na Estrutural. "Ele

reuniu-se com diversos oficiais no Comando de Policiamento, no Quartel do Comando-Geral, no dia da operação", disse.

Leão considerou que o episódio foi explorado politicamente, pois aconteceu próximo das eleições de 1998. "Logo após a operação apareceram adesivos com a frase 'Polícia Assassina', onde o i era coberto por uma estrela, contou.

Cobranças na Câmara

Causou ontem grande repercussão nos meios políticos a notícia de que o ex-governador Cristovam Buarque (hoje ministro da Educação) autorizou a Operação Tornado, conforme revelou o coronel PM Aníbal Person, em depoimento à juíza Sandra de Santis, do Tribunal do Júri.

Segundo o deputado Leonardo Prudente, líder do PMDB na Câmara Legislativa, Cristovam "deve uma resposta à Justiça e à sociedade". "As acusações são gravíssimas e a população vai cobrar um posicionamento dele como homem público", disse Prudente.

Mais uma vez, Cristovam preferiu manter silêncio sobre o caso. A assessoria de imprensa do ministro informou que, por ser "um assunto do passado", ele não vai se pronunciar.

O líder do PT na Câmara Legislativa, deputado Chico Vigilante, saiu em defesa de Cristovam. "Ele não mandou matar ninguém, e quem disser o contrário vai ter que responder por isso na Justiça", afirmou. "Foi uma operação organizada pela polícia e ocorreu um confronto", concluiu.

O deputado Odilon Aires, do PMDB, foi enfático nas críticas a Cristovam. Segundo ele, o ministro deveria ser demitido. "Aquele operação violenta não combina com o papel de um educador", argumentou. "Lamento que, na história de Brasília, tenha existido um governo como aquele do PT, que não tinha respeito pelos sem-teto", acrescentou o distrital.

O deputado federal Alberto Fraga, também do PMDB, disse não acreditar no envolvimento de Cristovam. "Por mais que eu seja adversário político dele, não consigo pensar que um governador tenha sido capaz de dar esse tipo de ordem", ressaltou Fraga, que é coronel da PM.

De acordo com Fraga, o que houve foi uma "retaliação" pelo fato de um policial militar, dias antes da Operação Tornado, ter sido "assassinado covardemente" na Estrutural.

O distrital Izalci Lucas, do PFL, também foi cauteloso ao avaliar o episódio: "Não tenho elementos para dizer quem foi culpado. Mas qualquer denúncia tem que ser apurada com rigor".

Já o deputado José Edmar, do PMDB, que tem a sua base política na Estrutural, reafirmou que a Operação Tornado foi um "crime político". O silêncio de Cristovam, segundo ele, é uma forma de reconhecer a culpa".